

## **Decreto nº 68538 de 2024 – Plano São Paulo na Direção Certa**

Decreto publicado em 23 de maio, dá as diretrizes gerais para órgãos estaduais, exceto as universidades, iniciarem estudos para a elaboração do plano "São Paulo na Direção Certa", com o objetivo de cortar despesas na máquina pública, melhorar o ambiente de negócios em São Paulo e aumentar investimentos.

Segundo o decreto, o plano se estrutura em três eixos: **I - Expansão de Investimentos; II - Melhoria e Efetividade do Gasto e a Redução de Despesas Correntes; III - Modernização da Administração Pública.**

Para a **expansão de investimentos**, prevê: i) a reestruturação das agências reguladoras, visando extinguir órgãos que fazem regulação e centralizar essas funções na Arsesp (para isso precisará de projeto de lei); ii) garantir efetividade do Plano de Parcerias de Investimentos do Estado, que visa ampliar parcerias com o setor privado; iii) a apresentação de plano de securitização de recebíveis; iv) a elaboração de estudo de impacto e de viabilidade para ampliação e aprimoramento de programas de conformidade e de transação tributária; v) a alienação de ativos imobiliários.

**Preocupações:** Governador tem interesse em expandir investimentos, mas elaborou LDO com previsão de redução de 12% dos investimentos em 2025 (de R\$ 28,7 bilhões em 2024 para R\$ 25 bilhões em 2025), em que pese as receitas estarem aumentando. Para 2025, ele reduz o investimento para aumentar o superávit, que será de R\$ 15 bilhões, 300% acima do superávit projetado para 2024 (R\$ 3,7 bilhões). Possivelmente, está de olho na expansão de investimentos apenas para 2026. Também preocupa o fato de que ampliar parcerias para investimentos com o setor privado precisa ser algo muito bem planejado e regulado, para que não vejamos se repetir exemplos tais como a concessão das Linhas 8 e 9 da CPTM, com a Via Mobilidade, que piorou a qualidade do serviço prestado. Expansão de investimentos não pode se dar às custas da precarização do serviço para a população.

Para a **redução de despesas correntes e a melhoria da efetividade do gasto**, prevê: i) a redução das despesas de custeio e de pessoal; ii) a avaliação e reformulação de programas; iii) a modernização da relação entre Fisco e contribuintes; iv) a renegociação da Dívida do Estado com a União; v) a avaliação de benefícios fiscais, projetando uma redução de benefícios que pode aumentar a arrecadação de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões por ano.

São consideradas despesas correntes que devem ser objetos de estudos para redução: i) a prestação de serviços técnicos-especializados; ii) locação de imóveis; iii) compra de material de consumo; iv) prestação de serviços de limpeza, vigilância, copa, copeiragem, recepção, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis; v) locação de veículos; vi) telefonia fixa e móvel,

energia elétrica, água, combustível; vii) pagamento de horas extras a servidores; viii) pagamento de gratificação de representação; ix) serviços de impressão, suprimentos de informática e material de expediente; x) tecnologia da informação; xi) aquisição de passagens aéreas e terrestres; xii) fornecimento de mão de obra; xiii) pagamento de diárias.

**Preocupações:** Consideramos importante o estudo sobre a racionalização do gasto público e, especialmente, a revisão dos benefícios fiscais. Essa é uma bandeira histórica que fazemos na Alesp, para que os benefícios possam ser continuamente revisados e se mantenham apenas aqueles que façam sentido para o desenvolvimento econômico do estado e manutenção dos empregos, que entreguem resultados sociais. No entanto, embora apresente essa intenção no decreto, o governador enviou à Alesp uma LDO que prevê aumento de cerca de 12% no montante de benefícios fiscais concedidos, que será de R\$ 71,5 bilhões em 2025, ante ao montante de R\$ 63,9 bilhões em 2024. Só em 2023, seu primeiro ano de governo, Tarcísio concedeu benefícios que terão um impacto de R\$ 827 milhões em 2025 e mais de 80% desse valor se refere às renúncias concedidas naquele ano em razão de desonerações às sementes de soja e produtos similares a produtores rurais, do setor de agronegócio ao qual o governador vem fazendo acenos.

Para a **modernização da administração pública**, prevê: i) a extinção e a reestruturação de órgãos e entidades; ii) a revisão de estruturas administrativas; iii) a revisão das políticas de pessoal; iv) a auditoria e a modernização da folha de pagamento; v) a melhoria da regulamentação e dos sistemas de compras públicas e contratos; vi) a instituição de Central de Compras; vii) a automação de procedimentos e serviços.

**Preocupações:** O governador não aponta, no decreto, quais órgãos pretende reestruturar e/ou extinguir. Isso será objeto de estudo. No entanto, preocupamos acenos que ele tem feito ameaçando a Fundação Padre Anchieta, a FURP, a Fundação Casa, órgãos de relevância para o estado com pretensões de extinção fundadas muito mais em convicções político-ideológicas do que em evidências técnicas que mostrem que esse serviço pode ser extinto ou ter a sua prestação modificada sem afetar a sua qualidade. Ele vai precisar nos mostrar sólidos estudos que justifiquem essas pretensões. Quanto à redução de despesas com pessoal, é importante dizer que o estado tem sofrido uma precarização em massa do serviço público, com a aposentadoria de servidores e a não reposição de quadros, sem concursos públicos. Igualmente, a estrutura salarial defasada não retém bons quadros. Em muitas carreiras, como na Assistência Social e na Segurança, os salários paulistas figuram nas piores posições do país. Sem servidores, a máquina não funciona.

Por enquanto, trata-se de uma movimentação dentro do Poder Executivo. Secretarias terão 90 dias para elaborar propostas e apresentar estudos ao

governador. O decreto de hoje cria o Conselho Gestor do Plano São Paulo na Direção Certa, que será presidido pelo secretário da Casa Civil, Arthur Lima e formado por outros três secretários (Fazenda, Gestão e Governo Digital e Desenvolvimento Econômico), além da procuradora-geral do Estado. Na medida em que os estudos evoluírem e forem publicados, teremos condições de analisar melhor as pretensões do governador.